

III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



O ABUSO DE AUTORIDADE POLICIAL: COM RELAÇÃO AO ACESSO DO ADVOGADO AOS AUTOS INQUÉRITO

Autor(res)

Marcelo Queiroz Alves De Oliveira

Isis Souza Santiago

Francielle Ribeiro Magalhães

Polliany Stephany Silva Carmo

Categoria do Trabalho

1

Instituição

UNIVERSIDADE FUMEC

Introdução

O presente pôster tem por objetivo analisar o direito de acesso aos inquéritos e investigações policiais por parte dos advogados, assegurados no art. 7º, inciso XIV do Estatuto da OAB, que atribui aos defensores permissão para examinar, em qualquer instituição responsável por conduzir a investigação, os autos de flagrante e de investigações de qualquer natureza, findos ou em andamento, ainda que conclusos à autoridade. Será ensejada análise acerca dos diversos abusos de autoridades policiais, que em muitos casos negam o acesso aos inquéritos com base sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da sociedade, ofendendo uma prerrogativa importante da advocacia e contrariando princípios basilares e fundamentais do devido processo legal e da ampla defesa, tendo em visto que a unilateralidade do inquérito policial não autoriza as autoridades a desrespeitarem as garantias jurídicas impostas ao indiciado.

Objetivo

demonstrar a relevância do Direito do Advogado de ter acesso aos inquéritos e investigações, sua fundamentação legal, as restrições estabelecidas e os obstáculos enfrentados na prática jurídica. Além disso, será realizada uma análise acerca dos diversos abusos de autoridades policiais, os quais, em muitas situações, impedem o acesso aos inquéritos.

Material e Métodos

a metodologia deste trabalho consiste em uma pesquisa científica metodológica com vertente dogmática jurídica, se valendo de um raciocínio hipotético dedutivo. Utilizando-se de um referencial teórico que se baseia no Estatuto da OAB, no Código de Processo Penal brasileiro, na Constituição Federal da República, nos princípios basilares e fundamentais do Devido Processo Legal e da Ampla Defesa. Sobretudo recorrendo a pesquisas bibliográficas e análise jurisprudencial para uma melhor compreensão do assunto abordado.

Resultados e Discussão

Os resultados obtidos mostraram que há a imprescindibilidade do respeito as prerrogativas advocatícias por

III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



agentes administrativos, a fim de que não haja violação aos princípios fundamentais amparados na CF/88. O maior enfatizador do direito do advogado de acesso aos autos de inquérito é a Súmula Vinculante nº 14 do STF que dispõe sobre o direito do defensor ter acesso amplo aos elementos de prova. O que se almeja demonstrar com a Súmula é o descumprimento oblíquo que ocorre na investigação, correspondente a uma metodologia para surpreender o investigado e para que não haja confrontos frente a investigação. Outro imbróglio é a não permissão do retardo de encarte dos documentos aos autos de investigação, não sendo elegível o momento de sua conveniência ao órgão. A única permissão para que a defesa não visualize os autos de imediato, é a circunstância de a diligência estar em curso de execução, mas com a necessidade de sua demonstração.

Conclusão

Diante dos resultados apresentados pela pesquisa, torna-se evidente a necessidade incontestável de respeitar as prerrogativas advocatícias por parte dos agentes administrativos, visando evitar violações aos princípios fundamentais consagrados na Constituição Federal de 1.988 e nas leis infraconstitucionais. A Súmula Vinculante nº 14 do STF e a Lei do Abuso de Autoridade são mecanismos significativos nesse contexto, destacando a importância de garantir esse direito de forma plena e questionável.

Referências

BRASIL. DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941. Código de Processo Penal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm

BRASIL. LEI Nº 8.906, DE 4 DE JULHO DE 1994. Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8906.htm

LIMA, Renato. MANUAL DE PROCESSO PENAL. [S. l.: s. n.], 2023.

SÚMULA VINCULANTE, 14. Aplicação das Súmulas no STF. [S. l.], 2009. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/jurisprudencia/sumariosumulas.asp?base=26&sumula=1230#:~:text=Instaurado%20o%20inquerito%2C%20o%20acesso,exercício%20do%20direito%20de%20defesa%2C>. Acesso em: 29 mar. 2024.

TALON, Evinis. O acesso do Advogado ao inquérito policial. [S. l.], 2018. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/o-acesso-do-advogado-ao-inquerito-policial/558940237>. Acesso em: 29 mar. 2024.